



NEOENERGIA MORRO DO CHAPÉU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.438.834/0001-00 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

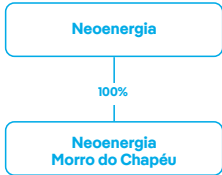
Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA MORRO DO CHAPÉU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão De Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2020, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no Estado da Bahia, composta pela Linha de Transmissão Morro do Chapéu II - Poções III, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Morro do Chapéu II e término na Subestação Poções III; Linha de Transmissão Poções III - Medeiros Neto II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Poções III e término na Subestação Medeiros Neto II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II - João Neiva II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação João Neiva II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II, em 230kV, primeiro e segundo circuitos duplo, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação Teixeira de Freitas II; Subestação Medeiros Neto II em 500/230kV, com Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar). A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a ANEEL para março de 2024.

Em 12 de julho de 2022 foi emitida a resolução autorizativa nº 12.268 permitindo a implantação de reforços na subestação Medeiros Neto II, com previsão de conclusão das obras em outubro de 2025 e com RAP estimada de R\$7.787 (data referência: junho de 2021), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

A Companhia iniciou parcialmente sua operação comercial em 09 de fevereiro de 2024, começando a partir de então o fluxo financeiro de entrada da RAP. A Receita Anual Permitida (RAP) para ciclo de 2024/2025 é de R\$98.997, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado de 31 de março de 2021.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Cir-cuito	Tensão (kV)	Exten-são (km)	Capaci-da-de Trans-formação (MVA)	Início Operação Comercial	Venci-mento da Outorga
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 CI	1	500kV	359		30/08/2025	
LT 500 KV Poções III - Medeiros Neto II CI	1	500kV	329		30/06/2025	
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II CI/C2 CD	1	500kV	283	300	09/02/2024	31/03/2056
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poções III CI	2	230kV	60		12/05/2024	

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas						
Subestação	Cir-cuito	Tensão (kV)	Exten-são (km)	Capaci-da-de Trans-formação (MVA)	Início Operação Comercial	Venci-mento da Outorga
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar)	-	500kV	-	300	09/02/2024	31/03/2056

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos					
Linha de Transmissão/Subestação	Evolução Física em 31/12/2023	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2023 (R\$ Mil)*	Evolução Física em 31/12/2024	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2024 (R\$ Mil)*	
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 CI					
LT 500 KV Poções III - Medeiros Neto II CI					
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II CI/C2 CD	71%	1.191.570	95%	514.207	
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poções III CI					
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar)					

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP - receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$159.693.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras					
Linha de Transmissão e Subestação	Proprie-dade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 CI					
LT 500 KV Poções III - Medeiros Neto II CI					
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II CI/C2 CD	100%	98.997	2026	Junho	IPCA
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poções III CI					
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar)					

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

6. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP - receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$159.693.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras					
Linha de Transmissão e Subestação	Proprie-dade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 CI					
LT 500 KV Poções III - Medeiros Neto II CI					
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II CI/C2 CD	100%	98.997	2026	Junho	IPCA
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poções III CI					
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar)					

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	681.981	1.440.863	(758.882)	-53%
MARGEM BRUTA	681.981	1.440.863	(758.882)	-53%
Custos de construção	(514.207)	(1.191.570)	677.363	-57%
Custos dos serviços	(18.120)	(415)	(17.705)	4266%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(4.892)	(996)	(3.896)	391%
= Despesa Operacional	(537.219)	(1.192.981)	655.762	-55%
PECLD	(80)	-	(80)	0%
EBITDA	144.682	247.882	(103.200)	-42%
Depreciação	(65)	-	(65)	0%
Resultado Financeiro	(176.807)	(59.631)	(117.176)	197%
IR/CS	1.094	(64.003)	75.097	-117%
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO	(21.096)	124.248	(145.344)	-117%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 681.981 mil, -53% vs. 2023 e -R\$ 537.219 mil, -55% vs. 2023, respectivamente, explicadas pela evolução da obra ao longo de 2024.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 144.682 mil, redução de 42%, em relação ao ano de 2023.

O resultado financeiro negativo em R\$ 176.807 mil em 2024 (R\$ 59.631 em 2023) impactado pelo aumento de encargos financeiros sobre dívida, reflexo da captação que ocorreu em 2024.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2024 de R\$ 21.096 mil, redução de 117% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 1.418.452 mil (dívida líquida R\$ 1.309.599 mil), apresentando um aumento de 62% em relação a dezembro de 2023, quando a dívida bruta foi de R\$873.931 mil (dívida líquida R\$963.741mil).

Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 98% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Morro do Chapéu, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Morro do Chapéu e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Morro do Chapéu.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Morro do Chapéu sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	3	681.981	1.440.863
Custos		(532.392)	(1.191.985)
Custos de construção	4	(514.207)	(1.191.570)
Custos dos serviços	5	(18.185)	(415)
Lucro bruto		149.589	248.878
Perda de crédito esperada	9.1	(80)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(4.892)	(996)
Lucro operacional		144.617	247.882
Resultado financeiro	6	(176.807)	(59.631)
Receitas financeiras		20.133	21.641
Despesas financeiras		(133.526)	(31.360)
Outros resultados financeiros, líquidos		(63.414)	(49.912)
(Prejuízo) Lucro antes dos tributos		(32.190)	188.251
Tributos sobre o lucro	7.1	11.094	(64.003)
Diferido		11.094	(64.003)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(21.096)	124.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais (Prejuízo) lucro líquido do exercício	(21.096)	124.248
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	65	-
Tributos sobre o lucro	(1.094)	64.003
Resultado financeiro, líquido	176.807	59.631
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes e outros	(12.877)	-
Concessão serviço público (ativo contratual)	(677.104)	(1.569.249)
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	(56.919)	(273.132)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	778	(59)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	33.356	151.913
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(2.650)	(18.473)
Outros ativos e passivos, líquidos	18.683	(8.127)
Caixa consumido pelas operações	(552.051)	(1.473.245)
Encargos de dívidas pagas	(41.142)	-
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(25.731)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	21.045	22.102
Tributos sobre o lucro pagos	-	(4)
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(597.879)	(1.451.157)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(1.072)	(839)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(1.072)	(839)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.882.000	900.000
Pagamento dos custos de captação	(35.050)	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(1.450.317)	-
Depósitos em garantias	(14.664)	-
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	(35.545)	-
Aumento de capital	-	502.954
Mútuos recebidos	348.244	61.236
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	694.668	1.464.190
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	95.717	12.194
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.136	942
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	108.853	13.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	108.853	13.136
Contas a receber de clientes e outros	9	12.880	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	14.722	5.046
Outros tributos a recuperar		952	11.996
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	185.279	177.143
Adiantamento a fornecedores		134	35.108
Outros ativos		758	926
Total do circulante		323.578	243.355
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar		389	128
Depósitos judiciais	13.1b	23.170	20.435
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	2.903.035	2.234.067
Imobilizado		1.270	839
Intangível		576	-
Total do não circulante		2.928.440	2.255.469
Total do ativo		3.252.017	2.498.824
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	11	17.875	74.506
Empréstimos e financiamentos	12	30.030	873.931
Instrumentos financeiros derivativos	12.4	102.946	1.806
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	7.2	2.706	29.437
Outros tributos a recolher	12	409.480	61.236
Outros passivos		12.931	843
Total do circulante		480.606	1.144.705
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	1.388.422	-
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	102.536	113.074
Outros tributos a recolher	7.2	285.863	223.037
Provisões	13	31.274	21.074
Outros passivos		4.256	17.857
Total do não circulante		1.812.351	375.042
Patrimônio líquido			
Atribuído ao acionista da Companhia	15	959.060	979.077
Total do patrimônio líquido		959.060	979.077
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.252.017	2.498.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 16.4. (ii) **Risco de taxa de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, T.J.P., TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (iii) **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities** metálicas: variações nos preços de **commodities** metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Adicionalmente,



para deliberação futura. **(c) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Risco de Engenharia	25/11/2022 a 31/02/2025	1.237.200
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	154.604
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	154.604
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
Seguro garantia	04/03/2021 a 29/06/2026	74.875
Responsabilidade Civil Geral - Construção	25/11/2022 a 31/02/2025	30.000
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 17 de fevereiro de 2025. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Perdas de créditos esperadas
12.3	Instrumentos financeiros derivativos
13	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Seguindo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/CPC 6 (R2), Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (<i>“Sale and Leaseback”</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming e/</i> ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIQ).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIQ) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações para estas obrigações, acordos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações da IFRS 19, Círculo de Trabalho, divulgado pela Administração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, oriundos pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Construção de infraestrutura da concessão	490.218	1.448.992
Remuneração do ativo contratual	251.090	138.736
Receita de operação e manutenção	3.058	-
Ganho (perda) na RAP ⁽¹⁾	8.297	-
Outras receitas	20	-
Receita operacional bruta	752.673	1.587.728
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(70.692)	(146.865)
Receita operacional líquida	681.981	1.440.863

(1) A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

3.1. Deduções da receita bruta

	2024	2023
Tributos gerais		
PIS e COFINS - correntes	(7.149)	-
PIS e COFINS - diferidos	(62.632)	(146.865)
	(69.781)	(146.865)
Encargos setoriais		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(675)	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(236)	-
	(911)	-
Total	(70.692)	(146.865)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho do cliente ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações da IFRS 19, Círculo de Trabalho, divulgado pela Administração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das

seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 10,7%a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(8.531)	(8.575)
Material	(120.161)	(760.101)
Serviços de terceiros	(349.644)	(384.352)
Outros	(35.871)	(38.542)
Total	(514.207)	(1.191.570)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Outras receitas		
Custos de operação e administrativas		
Total	(6.209)	(10.702)
Pessoal e benefícios a empregados	(10.426)	(256)
Serviços de terceiros	(65)	-
Depreciação e amortização	(17)	(68)
Impostos, taxas e contribuições	(1.468)	(95)
Outras receitas e despesas, líquidas	(18.185)	(4.892)
Total	(29.265)	(23.077)

	2024	2023
Outras receitas		
Custos de operação e administrativas		
Total	(407)	(675)
Pessoal e benefícios a empregados	(5)	(283)
Serviços de terceiros	(3)	(35)
Impostos, taxas e contribuições	-	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas	(415)	(996)
Total	(415)	(1.411)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	21.045	22.102
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.003)	(1.056)
Atualização de depósitos judiciais	85	-
Outras receitas financeiras	6	595
Total	20.133	21.641

	2024	2023
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(103.377)	(29.971)
Encargos sobre mútuo	(22.094)	(89)
Instrumentos financeiros derivativos	(319)	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(6.468)	(1.149)
IOF	(1.268)	(151)
Outras despesas financeiras	(133.526)	(31.360)

	2024	2023
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado- Dívida	(122.580)	(106)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado- Dívida	19.420	51.725
Perdas com instrumentos financeiros derivativos - Nota 12.3.b	(85.226)	(140.753)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos - Nota 12.3.b	125.260	39.442
Perdas com variações cambiais e monetárias	(728)	(229)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	440	9
	(63.414)	(49.931)
	(176.807)	(59.631)

Resultado financeiro, líquido

(176.807) (59.631)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
(Prejuízo) lucro antes dos tributos sobre o lucro	(32.190)	188.251
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outros ajustes (reversões) permanentes	10.945	(64.005)

	2024	2023
Tributos sobre o lucro	149	2
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferido	11.094	(64.003)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos

	2024	2023
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	82.783	20.840
Diferenças tributárias:		
Provisão para participação nos lucros e resultados	332	215
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(186.207)	(134.793)
Outros	556	664
Saldo final do exercício	(102.536)	(113.074)

Passivo não circulante 102.536 113.074
As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(113.074)	(49.627)
Efeitos reconhecidos no resultado	11.094	(64.003)
Efeitos reconhecidos no resultado abrangente	(556)	556
Saldo final do exercício	(102.536)	(113.074)

7.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar

	2024	2023
Imposto de Renda - IR	15.103	5.167
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	8	7
Ativo	15.111	5.174

Circulante 14.722 5.046
Não circulante 399 128

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseadas em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidas nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	528	20.126
Programa de Integração Social - PIS ⁽¹⁾	51.131	39.786
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social - COFINS ⁽¹⁾	235.547	183.261
Imposto e contribuições retidos na fonte	195	8.958
Outros	831	343
Tributos a recolher	288.232	252.474
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	194	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	27	-
Outros	108	-
Encargos Setoriais	337	-
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	288.569	252.474
Circulante	2.706	29.437
Não circulante	285.863	223.037
⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.		

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	4.294	132
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	104.337	10.712
Fundos de investimento	222	2.292
	108.853	13.136

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2024	2023
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	222	2.292
	222	2.292

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A., para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, in



c) Política contábil e julgamentos críticos: Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **Estimativa e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.4.

13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Provisão para processos judiciais cíveis	22.894	21.074
Provisão para obrigações ambientais (i)	8.380	-
Total	31.274	21.074

Não circulante 31.274 21.074

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação.

13.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:
a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	21.074	2.595
Adições (1.257)	1.257	16.677
Atualizações monetárias	3.057	1.802
Saldo final do exercício	22.894	21.074

b) Passivos contingentes
 Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis (i)	2.583	63
Processos trabalhistas (ii)	54.633	80
Processos fiscais (iii)	-	31
Total	57.216	174

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas a indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	23.170	20.435
Total	23.170	20.435

13.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÕES DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se, basicamente, ao contrato de mútuo entre partes relacionadas que a Companhia firmou com a Neoenergia S.A. O contrato de mútuo é atualizado pela taxa de juros de CDI+1%, com vencimento em dezembro de 2025.

Partes Relacionadas	2024		2023		Total	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos		
Neoenergia S.A.	387.297	22.183	409.480	61.147	89	61.236

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$759.555, dividido em 759.555,172 ações ordinárias (759.555,172 em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	759.555	100%	759.555
Total	759.555	100%	759.555

15.2. Remuneração do acionista: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. Conforme artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(21.096)	124.248
Reserva legal	-	(6.212)
(Prejuízo) lucro ajustado	(21.096)	118.036
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos	-	(29.509)
Constituição de reserva de retenção de lucros	21.096	(88.527)
(Prejuízo) lucro líquido a distribuir	-	-

15.3. Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de R\$1.079 (R\$(1.079) em 2023). **15.4. Reservas de lucros: a) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **b) Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas. **c) Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **d) Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. **15.5. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) prestação serviços de construção. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **16.1. Saldo em aberto com partes relacionadas**

	2024		2023	
	Subsidiárias Controladora da Neoenergia	Subsidiárias Controladora Neoenergia	Subsidiárias da Neoenergia	Subsidiárias da Neoenergia
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	-	2.132	-	-
		2.132		
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (b)	-	1.034	-	1.034
Contas a pagar de mútuo (d)	409.480	-	61.236	-
Compartilhamento de pessoal (c)	-	229	-	-
	409.480	1.263	61.236	1.034

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Resultado do exercício		
Receita operacional líquida (a)	8.384	8.384
Custo dos serviços (b)	(8.390)	(8.390)
Despesas gerais e administrativas (c)	(2.240)	(2.240)
Resultado financeiro, líquido (d)	(22.094)	(89)
	(24.340)	(89)

16.3. Principais transações com partes relacionadas
 As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / contrato	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
(a) Norte Energia	TUST	IPCA	25 Anos	2048	1.321	2.772
(b) Elektro O&M	O&M	IPCA	5 Anos	2028	(1.034)	(8.390)
(d) Neoenergia S.A.	Contrato de Mútuo	CDI +1,10%	1 ANO	2025	(409.480)	(22.094)

16.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros
 A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJORA
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	108.631	222	10.844	-
Contas a receber de clientes e outros	12.960	-	-	-
	121.591	222	10.844	2.292
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	17.875	-	74.506	-
Empréstimos e financiamentos	1.418.452	-	873.931	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	102.946
Outros passivos financeiros	4.598	-	79.739	-
	1.440.925	-	1.028.176	102.946

CA - Custo amortizado; VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR - Valor justo por meio do resultado

17.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.7 - análise de sensibilidade. **17.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos

pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2024	2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	222	2.292
	222	2.292
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	102.946	102.946
	102.946	102.946

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **17.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	1.418.452	1.391.121	873.931	848.042

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **17.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **17.6. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge para desembolsos em Dólar:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo
	2023	2023		
Swap US\$ pré vs R\$ pós				
Ativo	US\$ 111.949	-	2024	542.922
Passivo	R\$ 606.413	-	-	(608.216)
Exposição líquida				(65.294)
	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo
	2023	2023		
Swap JPY pré vs R\$ pós				
Ativo	JPY 9.830.733	-	2024	338.133
Passivo	R\$ 373.248	-	-	(375.787)
Exposição líquida				(37.652)

17.7. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercí-cio	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Prová-vel	Im-pacto Cenário (II)	Im-pacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	119.222	14.549	(2.182)	(4.364)
Passivos financeiros							
Divida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(1.467.411)	(174.265)	(11.458)	(22.916)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA			
Operação	Inde-xador	Risco	Im-pacto Cenário (II)
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor de Operações			Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade
CONTADORA			
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-Nº 115915/O-3			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão De Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão De Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão De Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro,

já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências